



**Editor Responsável:** Rodrigo de Souza Gonçalves  
Andrea de Oliveira Gonçalves  
**Editor Associado:** João Abreu de Faria Bilhim  
**Processo de Avaliação:** Double Blind Review pelo SEER/OJS

## Processo Eleitoral em Municípios Cearenses e Ocorrência de Ciclos Políticos Orçamentários

### RESUMO

**Objetivo:** o presente artigo visa avaliar se o processo eleitoral em Municípios Cearenses é capaz de exercer influência sobre a execução da despesa pública orçamentária.

**Método:** uso de regressão linear com a utilização de diversas variáveis (variável dependente: reeleição; variáveis independentes: despesa com investimento, operações de crédito, restos a pagar, transferências voluntárias, resultado orçamentário, geração de caixa. IDEB, IDHM e alinhamento político federal) para aferir a existência de ciclos político-orçamentários.

**Originalidade/Relevância:** testa outras variáveis que podem estar associadas à Teoria do Ciclos Político-Orçamentários.

**Resultados:** as variáveis independentes (despesa com investimento, operações de crédito, restos a pagar, transferências voluntárias, resultado orçamentário, geração de caixa, IDEB, IDHM e alinhamento político federal) foram confrontadas, individualmente, com a variável dependente reeleição, tendo sido consideradas significativas somente as de saldo de restos a pagar processados, operações de crédito e despesas com investimento.


**Contribuições Teóricas/Metodológicas:** o estudo testa a Teoria com outras variáveis socioeconômicas ainda não exploradas em estudos anteriores, o que contribui para novas vertentes em futuras pesquisas.


**Contribuições Sociais/para a Gestão:** Destaca que qualquer variável do tipo socioeconômica é capaz de auxiliar na permanência dos políticos no poder, face sua manipulação. Na prática, assinala-se que determinadas variáveis são mais susceptíveis que outras.

**Palavras-chave:** Despesa. Ciclo orçamentário. Eleição. Ceará.

---

Cláudia Valani Barcellos   
Prefeitura Municipal de Fortaleza, Ceará,  
Brasil  
cvalani@gmail.com

Roberto Sérgio do Nascimento   
Universidade Federal do Ceará (UFC), Tribunal  
de Contas da União (TCU), Ceará, Brasil  
robertosdn75@gmail.com

Ricardo Viotto   
Universidade Federal do Ceará (UFC), Ceará,  
Brasil  
ricardoviotto@yahoo.com

---

Recebido Junho 14, 2022  
Revisado: Janeiro 11, 2023  
Aceito: Janeiro 18, 2023  
Publicado: Março 31, 2023



### How to Cite (APA)

Barcellos, C. V., Nascimento, R. S., & Viotto, R. (2022). Processo Eleitoral em Municípios Cearenses e Ocorrência de Ciclos Políticos Orçamentários. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 25 (3), 524-540.  
<http://dx.doi.org/10.51341/cgg.v25i3.2934>

## 1 INTRODUÇÃO

A observação do comportamento dos indivíduos no processo político visando o próprio bem-estar deu origem à Teoria da Escolha Pública (Smith & Larimer, 2009). Para Vicente e Nascimento (2012), ela contraria os conceitos de eficiência e efetividade e afronta as expectativas da população, que busca a implantação de políticas públicas que gerem bem-estar e acolhimento. Essa teoria deu origem a duas linhas de investigação: a teoria dos Ciclos Político-Econômicos (*Political Business Cycles*) e a Teoria dos Ciclos Político-Orçamentários (*Political Budget Cycles*), tendo Nordhaus et al. (1989) observado a intercessão entre os sistemas político e econômico: por um lado, os eleitores estão preocupados com a economia, e por outro, o poder é o foco dos políticos.

A Teoria dos Ciclos Político-Orçamentários foi apresentada por Rogoff (1990) e Rogoff e Sibert (1988). Eles indicaram que instrumentos de política fiscal são utilizados pelos governantes para aparentar competência em seus mandatos, muitas vezes utilizando assimetria de informações, que possibilita a distorção da política fiscal pré-eleitoral, e para impulsionar as chances de reeleição. Guerra et al. (2018) confirmam a proximidade entre a agenda eleitoral e a dinâmica dos gastos públicos estatais, onde o calendário eleitoral influencia a execução fiscal e de despesas públicas, indicando uma condução oportunista dos recursos públicos, e visa manter o poder nas mãos de um gestor ou grupo político. Neste sentido, Ferreira et al. (2019) afirmam que a correta manipulação de instrumentos de política econômica e/ou fiscal possibilita maximizar a visualização positiva de um governante ou partido.

Considerando a presente abordagem, essa pesquisa teve por objetivo analisar eventual relação entre execução orçamentária e ciclos políticos, de forma a responder a seguinte questão: o processo eleitoral de Municípios do Estado do Ceará é capaz de exercer influência sobre a execução orçamentária da despesa pública Municipal?

Para tanto, buscaram-se indícios da existência de ciclos político-orçamentários por intermédio da análise de informações orçamentárias, índices do PIB, IDHM, IDEB, e o alinhamento político dos Prefeitos frente ao Governador do Estado e o Presidente da República, em doze Municípios do Ceará. Os dados coletados referem-se ao período compreendido entre 2000 a 2016, e a análise deles visou identificar quais variáveis foram utilizadas por gestores em processos eleitorais visando a permanência no poder. Com isso, o estudo intenta identificar a continuidade da relação de algumas variáveis mencionadas na literatura com outras não identificadas em estudos prévios, como é caso da geração de fluxos de caixa, resultado orçamentário e recebimento de transferências voluntárias Estaduais e Federais.

As contribuições do estudo estão associadas a testar algumas variáveis já descritas em estudos prévios e a buscar outras capazes de influenciar o comportamento dos gestores nos períodos que antecedem o processo eleitoral. Em função disso, argumenta-se que a estrutura da Administração Pública pode ser utilizada em benefício dos gestores que concorrem à reeleição ou daqueles escolhidos por esses, razão pela qual trabalhos científicos dessa natureza podem revelar alterações de comportamentos (variáveis antigas) e/ou tendências ainda não observadas (variáveis novas). Tais estudos demonstram sua relevância na medida que podem auxiliar o processo legislativo, na alteração do arcabouço legal existente pela instituição/atualização de mecanismos coibidores de tais práticas ou, simplesmente, na introdução de discussões no seio da sociedade, alertando-a para eventuais manobras políticas.

Além desta introdução, o estudo se encontra dividido nas seguintes seções: fundamentação teórica, procedimentos metodológicos adotados, análise e discussão dos resultados, bem como as conclusões respectivas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O orçamento público é o instrumento pelo qual a ação governamental viabiliza suas políticas públicas. O planejamento focado em como esse orçamento será aplicado é o que pode garantir que as metas definidas pelos gestores serão atingidas (Couto & Cardoso Jr.; 2018), não podendo ser desvinculado das questões orçamentárias, uma vez que qualquer plano carece de recursos para se tornar realidade (Ho, 2018).

No Brasil, o primeiro regramento legal a estabelecer princípios orçamentários foi a Lei n. 4.320 (1964). Considerada um marco em termo de finanças públicas, ela unificou e padronizou tanto os orçamentos quanto os balanços públicos nas três esferas de poder, encontrando-se vigente até os dias atuais. Ela veio complementar o Decreto n. 4.536 (1922), que criou o Código de Contabilidade Pública. A Lei n. 4.320 (1964) em conjunto com o Decreto-Lei n. 200 (1967) inseriu o planejamento como ferramenta primordial para o sistema orçamentário brasileiro, por meio do Orçamento-Programa Anual (Gadelha, 2017).

Segundo Couto e Cardoso Jr. (2018), a Constituição Federal (1988) aprimorou essa visão através da obrigatoriedade do Plano Plurianual – PPA, e definiu que a formulação das políticas públicas de arrecadação e de alocação de recursos passasse a ser responsabilidade do Legislativo, por meio da Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO. Desta forma, a Constituição buscou o resgate do planejamento público sob a ótica orçamentária, introduzindo uma lei com caráter orientador à lei orçamentária, e, em relação a ambos, outra – o PPA, de caráter estratégico e de ligação entre elas.

O acompanhamento da aplicação orçamentária anual possibilita observar o desempenho do caixa, podendo gerar informações preciosas quanto ao desempenho do gestor público (Vicente & Nascimento, 2012). Infelizmente, as políticas públicas guardam coerência entre si por questões de ordem técnica ou política e as que encontram no orçamento possibilidades de garantir bem-estar à população, elas, por vezes, têm se revelado garantidoras dos benefícios daqueles que conduzem a elaboração das peças orçamentárias.

Essa dicotomia entre o orçamento público aplicado para garantir o bem-estar da sociedade e existência de grupos que trabalham para que suas necessidades sejam atendidas, originou a Teoria da Escolha Pública, que busca explicar como gestores públicos manipulam informações de forma a conseguir vantagens eleitorais para manterem-se no poder (Nascimento, 2011). Essa teoria originou outras duas linhas de pesquisa: a teoria dos ciclos político-econômicos ou dos ciclos políticos negociais (*political business cycles*) que estuda as relações da política com a macroeconomia de uma forma geral; e a teoria dos ciclos político-orçamentários (*political budget cycles*) que reflete sobre a política fiscal, especificamente a estrutura do orçamento público e sua execução. As duas buscam entender o comportamento oportunista dos governantes (Oliveira, 2008).

Para Queiroz e Silva (2011), os ciclos políticos orçamentários no Brasil são o padrão comportamental de ocorrência mais provável quando um mandatário busca elevar suas chances de reeleição. Drazen (2000), por sua vez, ensina que os ciclos políticos orçamentários são ciclos mais simples de serem operados, sendo perceptíveis em praticamente todas as gestões, e sua ocorrência está diretamente relacionada à jovialidade das democracias.

Ainda segundo Queiroz e Silva (2011), um dos principais pilares para a existência de ciclos políticos orçamentários é a sinalização de competência. No fundo, a grande maioria dos políticos busca construir por meio da manipulação dos orçamentos essa máscara de competência para maximizar as chances de se perpetuar no poder. Assim, os estudos sobre os Ciclos Político-Orçamentários, pela importância cidadã, merecem destaque e aprofundamento, pois a gestão pública é item básico para o desenvolvimento de qualquer nação e a utilização do orçamento para a perpetuação de poder é inglório e afrontoso.

Fialho (1999) foi uma das primeiras pesquisadoras a analisar a validade da hipótese da ocorrência de ciclos políticos como uma explicação das características da política brasileira. Ela comprovou a relação positiva entre o período eleitoral e a política monetária, o que foi ratificado por Silva (2016), Guerra et al. (2018), Dias et al. (2018).

Nos estudos analisados para esta pesquisa foi possível constatar que a maioria dos eleitores preferem candidatos que elevam gastos públicos, tendo sido observado que o ano eleitoral exerce significativa influência sobre esse o comportamento da gestão pública. Esse achado é encontrado nos estudos realizados por Guerra et al. (2018), Queiroz et al. (2019) e Crispim et al. (2021) observaram aumento especificamente nos gastos com investimentos, e Sakurai (2009) nas despesas correntes. Queiroz e Silva (2011) identificaram que o alinhamento político entre prefeito, governador e presidente da República propicia um maior fluxo de transferências voluntárias, sendo que Arvate et al. (2010) identificaram a coalização entre pequenos e grandes Municípios para forçar transferências federais. Foi observado também por Oliveira e Carvalho (2009), Arvate et al. (2010) que Municípios com baixo nível educacional reelegem mais prefeitos. Dos autores pesquisados, Sakurai (2009) observou diferenciação nos gastos de acordo com a ideologia político partidária dos governantes, o que não ocorreu na pesquisa de Guerra et al. (2018), enquanto Queiroz e Silva (2011) observaram que vem ocorrendo uma diminuição na magnitude dos ciclos.

### 3 METODOLOGIA

Quanto à natureza, esta é uma pesquisa de base quantitativa. Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa explicativa, pois com base nela há a possibilidade de delinear uma situação ou evento, e como estes se relacionam entre si (Gray, 2012). Quanto à natureza dos resultados, a pesquisa se enquadra como aplicada, uma vez que buscou gerar conhecimentos para a identificação de um comportamento oportunista recorrente da classe política. Também é prático-experimental, uma vez que variáveis são experimentadas em modelo estatístico com regressão logística. Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi considerada de ordem documental, pois se utilizou da análise de informações e séries históricas de 4 ciclos orçamentários compreendidos entre 2000 a 2016.

Nesta pesquisa, a totalidade dos Municípios Cearenses foi considerada como universo, e a amostra compreendeu o recorte daqueles que congregaram 50% + 1 dos habitantes do Ceará durante o período entre 2000 a 2016. Segundo dados coletados no Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2019), compõe esse rol 12 municípios: Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Crato, Itapipoca, Maranguape, Iguatu, Quixadá, Canindé e Aquiraz. A Tabela 1 apresenta os valores médios do PIB, IDHM e LOA's aprovadas desses Municípios.

Todos os dados coletados para a pesquisa passaram por tratamento estatístico utilizando o *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS, versão 26.0)*. Empregou-se o seguinte modelo de regressão linear simples:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \varepsilon_i$$

$$Y_i = \begin{cases} 1 \\ 0 \end{cases}$$

$$E(Y_i) = \beta_0 + \beta_1 X_i$$



**Tabela 1**

*Municípios cearenses participantes da amostra - período 2000 a 2016*

Municípios*	Média do período - 2000 a 2016		
	PIB (R\$) *	IDHM**	LOA aprov (R\$) ***
Fortaleza	31.838.002,95	0,651	3.403.235.057,23
Caucaia	2.624.353,36****	0,549	291.062.036,67
Juazeiro do Norte	1.890.459,78	0,552	214.652.651,14
Maracanaú	3.945.608,12	0,560	344.764.060,47
Sobral	2.196.644,98	0,552	300.730.593,03
Crato	805.003,90	0,578	116.454.754,64
Itapipoca	653.230,04	0,483	107.644.401,32
Maranguape	677.919,47	0,517	93.335.900,78
Iguatu	740.553,60	0,539	102.682.493,20
Quixadá	466.422,71	0,522	76.633.839,66
Canindé	331.812,71	0,454	78.300.821,82
Aquiraz	790.226,25	0,489	86.104.827,62

Fonte: \*IPECE (2000 a 2016); \*\*PNUD (1991 - 2000 - 2010); \*\*\* STN e TCE-CE (2000 a 2016); e \*\*\*\* STN (2000 a 2016).

Nele a variável indicadora Y corresponde à ocorrência de reeleição ou recondução do partido e, a variável preditora X corresponde às variáveis independentes. A função resposta mostra a probabilidade de reeleição ou recondução do partido, dadas as variáveis orçamentárias e as demais presentes no modelo.

A variável dependente da equação logística é a reeleição (reele) do chefe do executivo municipal ou a recondução (recond) do grupo político de situação, com a eleição de um aliado. Assim, foi inserida *dummie* indicativa se o político estava concorrendo à reeleição (1) ou não (zero), bem como se houve a recondução do mesmo partido ou coligação no mandato seguinte (recond). Cada ano do mandato eletivo teve uma identificação:  $t_1$  para o ano pós-eleitoral,  $t_2$  para o ano intermediário,  $t_3$  para o ano pré-eleitoral,  $t_4$  para o ano eleitoral. As *dummies* assumem valor 1 para o ano a que se referirem e zero para os demais. Foram consideradas dezesseis variáveis independentes para a equação, sendo que destas, duas são variáveis binárias (*dummies*). A primeira refere-se ao alinhamento político estadual, quando o prefeito é do mesmo partido ou coligação do Governador do Estado (aliado\_gov); e a segunda, quanto ao alinhamento com o governo federal quando o prefeito é do mesmo partido ou coligação do Presidente da República (aliado\_pres), sendo atribuído 1 (um) se houvesse esse alinhamento e 0 (zero) em caso contrário. Foram utilizadas duas variáveis referentes ao passivo financeiro: saldo de restos a pagar processados (saldo\_rp\_oproc) e saldo de restos a pagar não processados (saldo\_rp\_nãoproc). Adotou-se como *proxy* do resultado orçamentário (result\_orc) que se refere à diferença entre receita orçamentária e a despesa orçamentária. O resultado orçamentário corrente é o quociente entre o total de receitas arrecadadas e o total de despesas empenhadas pelo município. A geração/consumo de caixa (ger\_caixa) aponta a situação do caixa após a comparação entre o disponível do final do exercício e o saldo de caixa no início do exercício seguinte. As variáveis transferências voluntárias (trvol\_união e trvol\_estado), sejam elas da União ou dos Estados, geralmente estão atreladas ao alinhamento dos gestores municipais ao governo estadual e federal, e se referem aos recursos financeiros repassados aos Municípios ou suas entidades, com a celebração de convênios ou outro instrumento similar. Também compõem o quadro de variáveis as receitas tributárias (rec\_trib) e as operações de crédito (op\_cred). Quanto às despesas correntes, foram inseridas no modelo as despesas de pessoal e encargos sociais (desp\_pessoal+enc) e as despesas com investimentos (desp\_invest). Foram

adicionados ao modelo dois indicadores: um de desempenho econômico: o PIB Municipal e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (*IDEB*).

Para esta pesquisa foram utilizados dados secundários. Os dados referentes às variáveis: (1) orçamentárias, são oriundos do banco de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2019) oriundos do *site* [www.stn.gov.br](http://www.stn.gov.br); (2) processos eleitorais (eleição, reeleição, recondução, partido ou coligação do candidato eleito), dos doze Municípios estudados durante o período de 2000 a 2012, foram acessados junto ao *site* [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2019); (3) Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios, foram obtidos no banco de dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) ([www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)); (4) Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), foram acessados a partir do banco de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019) sucursal Brasil ([www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html](http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html)); (4) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, foram coletados no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) ([ideb.inep.gov.br](http://ideb.inep.gov.br)).

## 4 RESULTADOS

Inicialmente, observou-se que a magnitude dos dados da execução orçamentária do Município de Fortaleza poderia interferir nos exames realizados. Assim, optou-se em realizar o teste de multicolinearidade com e sem esse Município. Ao incluí-lo, nove variáveis apresentaram-se sem multicolinearidade e viáveis a serem testadas no modelo proposto: *result\_orc\_100mil*, *trvol\_uniao\_10mil*, *trvol\_estado\_10mil*, *IDEB*, *aliado\_gov*, *aliado\_pres*, *part\_dir*, *part\_cent*, *reelei* e *recond*. Todavia, ao se testar o modelo com essas variáveis, não foi possível ao *software* calcular a matriz de covariância e, em consequência, a estatística de regressão logística.

Foram realizados testes sucessivos para encontrar a melhor parametrização, sendo que, somente ao se excluir o município de Fortaleza e ao considerar exclusivamente os dados do ano eleitoral e do ano posterior aos pleitos eleitorais, é que os resultados de multicolinearidade foram satisfatórios para a maioria das variáveis, com exceção das seguintes: resultado orçamentário corrente, receitas tributárias, despesas de pessoal e encargos e PIB.

Considerando a decisão de exclusão do Município de Fortaleza, o SPSS gerou todas as estimativas da regressão logística para as variáveis que não apresentaram multicolinearidade, como se observa na Tabela 2.

**Tabela 2**

*Índice de ajuste geral do modelo (Omnibus Tests of Model Coefficients)*

		Chi-square	Df	Sig.
Step 1	Step	51,461	24	0,001
	Block	51,461	24	0,001
	Model	51,461	24	0,001

Como resultado do teste do índice geral de ajuste do modelo, obteve-se *p-valor* (ou Sig.) maior que 0,05 (assim como menor que 0,10), o que indica que os dados inseridos no modelo são adequados para realizar uma análise da regressão logística.

**Tabela 3**

*Teste de Hosmer e Lemeshow para precisão preditiva*

Step	Chi-square	df	Sig.
1	4,579	7	0,711

A Tabela 3 apresenta o Teste de Hosmer e Lemeshow (2000), que fornece uma medida de precisão preditiva baseada na previsão da variável dependente, ou seja, comprova se o modelo proposto pode explicar bem o que se observa. Nesse teste a hipótese nula é  $H_0$ : o ajuste dos dados é bom, portanto, espera-se aceitar a hipótese, com  $p$ -valor não significativo. Como  $p$ -valor (Sig.) > 0,05 (e maior que 0,10 também), o teste indica que os dados são adequados para uma regressão logística.

#### Tabela 4

##### Estatísticas de qualidade do ajuste do modelo

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	39,974 <sup>a</sup>	0,541	0,722

Entre as medidas de qualidade do ajuste do modelo, temos os pseudos  $R^2$  (De Cox & Snell e o de Nagelkerke) que, quanto mais próximos de 1, maior o ajuste do modelo. Nos resultados do modelo testado temos que o ajuste pode ser considerado bom, pois foram estimados entre 0,541 (Cox & Snell) e 0,722 (Nagelkerke), conforme pode ser observado na Tabela 4.

Foi constatado que a variável IDHM, ao ser inserida no modelo estatístico, gerou redundância, e os resultados não foram exibidos pelo software. Após sua exclusão, o SPSS gerou os resultados apresentados na Tabela 5.

#### Tabela 5

##### Variáveis do modelo testado

	Variáveis	B	S.E.	Wald	Df	Sig.	Exp(B)
	saldo_rp_proc_100mil	-0,018	0,016	1,236	1	0,266	0,982
	saldo_rp_naoproc_100mil*	0,038	0,021	3,174	1	0,075	1,039
	result_orc_100mil	0,000	0,002	0,010	1	0,921	1,000
	ger_caixa_100mil	0,000	0,007	0,001	1	0,982	1,000
	trvol_uniao_10mil	-0,006	0,006	1,194	1	0,274	0,994
Step	trvol_estado_10mil**	0,030	0,014	4,319	1	0,038	1,031
1	op_cred_100mil	0,046	0,043	1,135	1	0,287	1,047
	desp_invest_milhao	0,088	0,085	1,081	1	0,299	1,092
	IDEB*	-1,492	0,865	2,978	1	0,084	0,225
	aliado_gov	-8,380	7,222	1,347	1	0,246	0,000
	aliado_pres*	5,277	2,737	3,718	1	0,054	195,834
	Constant	-277,153	102533,890	0,000	1	0,998	0,000

Nota. \*Significante a 0,10. \*\*Significante a 0,05.

Ao testar o modelo, foi possível observar que ele não se apresenta constante. Constatou-se que a variável transferências voluntárias dos estados (trvol\_estado\_10mil) foi significativa a 5% (cinco por cento) e com sinal do coeficiente (B) positivo, indicando que um aumento nesses repasses aumenta a probabilidade prevista de êxito reeleição ou recondução do partido. Outras três variáveis foram significativas a 10%: saldo restos a pagar não processados (saldo\_rp\_naoproc\_100mil), Prefeito aliado ao Presidente da República (aliado\_pres) e IDEB. Nenhum deles se mostrou significativo no nível de 1%, o que demonstra que o poder explicativo das variáveis selecionadas possui limitações de natureza explicativa.

Embora o nível de significância dessas últimas 3 (três) variáveis tenha sido superior a 5%, os valores revelam tendência de influência dos resultados caso fosse considerado  $p$ -valor de 10% de significância. Os dados sugerem que as relações ocorreriam mais para a variável representativa da aliança do Prefeito ao Presidente da República (aliado\_pres), seguida do saldo de restos a pagar não processados (saldo\_rp\_naoproc\_100mil) e, por último, a variável educação (IDEB).

Para checar se haveria alguma influência das variáveis que não foram relevantes na aplicação do modelo de regressão logística proposto neste estudo foram gerados modelos individuais, nos quais cada variável independente que não apresentou significância foi testada individualmente com a variável dependente (reeleição ou recondução do partido). Assim, foram testadas as variáveis saldo de restos a pagar processados, resultado orçamentário, geração/consumo de caixa, transferências voluntárias da União, operações de crédito, despesas com investimentos, IDHM e Prefeito aliado ao Governador. A Tabela 6 apresenta o índice de ajuste para cada uma dessas variáveis que não obtiveram significância no modelo geral:

**Tabela 6**

*Índice de ajuste geral dos modelos individuais (Omnibus Tests of Model Coefficients)*

Model			Chi-square	Df	Sig.
saldo_rp_proc_100mil	Step 1	Step	4,284	1	0,038
		Block	4,284	1	0,038
		Model	4,284	1	0,038
result_orc_100mil	Step 1	Step	1,073	1	0,300
		Block	1,073	1	0,300
		Model	1,073	1	0,300
ger_caixa_100mil	Step 1	Step	0,002	1	0,962
		Block	0,002	1	0,962
		Model	0,002	1	0,962
trvol_uniao_10mil	Step 1	Step	0,083	1	0,773
		Block	0,083	1	0,773
		Model	0,083	1	0,773
op_cred_100mil	Step 1	Step	5,752	1	0,016
		Block	5,752	1	0,016
		Model	5,752	1	0,016
desp_invest_milhao	Step 1	Step	8,718	1	0,003
		Block	8,718	1	0,003
		Model	8,718	1	0,003
IDHM	Step 1	Step	0,305	1	0,581
		Block	0,305	1	0,581
		Model	0,305	1	0,581
aliado_gov (1)	Step 1	Step	1,491	1	0,222
		Block	1,491	1	0,222
		Model	1,491	1	0,222

Testando os modelos individuais das variáveis que não foram significativas no modelo geral, apurou-se que os resultados foram adequados (significativos) apenas para saldo\_rp\_proc\_100mil (0,038), op\_cred\_100mil (0,016) e desp\_invest\_milhao (0,003), conforme apresentado na Tabela 7.

As medidas de qualidade do ajuste do modelo dos pseudos  $R^2$  (De Cox & Snell e o de Nagelkerke) aplicadas aos modelos individuais estimados foram baixas para todos. No entanto, as dos modelos que resultaram adequados no *Omnibustest* são levemente superiores às demais.



**Tabela 7**

*Estatísticas de qualidade do ajuste dos modelos individuais*

Model	Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
saldo_rp_proc_100mil	1	132,463	0,042	0,057
result_orc_100mil	1	135,675	0,011	0,014
ger_caixa_100mil	1	136,745	0,000	0,000
trvol_uniao_10mil	1	136,665	0,001	0,001
op_cred_100mil	1	130,996	0,056	0,075
desp_invest_milhao	1	128,029	0,084	0,113
IDHM	1	136,442	0,003	0,004
aliado_gov(1)	1	135,257	0,015	0,020

**Tabela 8**

*Teste de Hosmer e Lemeshow para precisão preditiva dos modelos individuais*

Model	Step	Chi-square	df	Sig.
saldo_rp_proc_100mil	1	11,844	8	0,158
result_orc_100mil	1	6,586	8	0,582
ger_caixa_100mil	1	3,629	8	0,889
trvol_uniao_10mil	1	16,171	8	0,040
op_cred_100mil	1	7,457	2	0,024
desp_invest_milhao	1	1,810	8	0,986
IDHM	1	20,656	7	0,004
aliado_gov (1)	1	0,000	0	.

O Teste de Hosmer e Lemeshow (2000) para avaliar a precisão preditiva dos modelos individuais, Sig. > 0,05 e/ou maior que 0,10 apenas para as variáveis saldo\_rp\_proc\_100mil e desp\_invest\_milhao. Note que os modelos específicos da variável dicotômica (aliado do governador) não gerou estimativas, revelando a irrelevância desta para a análise.

**Tabela 9**

*Teste dos modelos individuais*

Model		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	
saldo_rp_proc_100mil*	Step 1	saldo_rp_proc_100mil	0,004	0,002	3,632	1	0,057	1,004
		Constant	-0,522	0,280	3,471	1	0,062	0,593
result_orc_100mil	Step 1	result_orc_100mil	0,000	0,001	0,761	1	0,383	1,000
		Constant	-0,203	0,211	0,919	1	0,338	0,817
ger_caixa_100mil	Step 1	ger_caixa_100mil	0,000	0,002	0,002	1	0,962	1,000
		Constant	-0,138	0,214	0,415	1	0,519	0,871
trvol_uniao_10mil	Step 1	trvol_uniao_10mil	0,000	0,001	0,081	1	0,775	1,000
		Constant	-0,113	0,225	0,250	1	0,617	0,893
op_cred_100mil*	Step 1	op_cred_100mil	0,067	0,040	2,786	1	0,005	1,069
		Constant	-0,313	0,218	2,069	1	0,150	0,731
desp_invest_milhao**	Step 1	desp_invest_milhao	0,043	0,016	7,444	1	0,006	1,044
		Constant	-0,764	0,301	6,422	1	0,011	0,466
IDHM	Step 1	IDHM	1,419	2,572	0,304	1	0,581	4,131
		Constant	-1,003	1,576	0,405	1	0,524	0,367
aliado_gov (1)	Step 1	aliado_gov (1)	-0,575	0,477	1,454	1	0,228	0,563
		Constant	0,000	0,232	0,000	1	1,000	1,000

Nota.\*Significante a 0,10. \*\*Significante a 0,05.

Apesar de a variável operações de crédito não ter obtido índice satisfatório no Teste de Hosmer e Lemeshow (2000), tanto o modelo dessa variável como os modelos das variáveis “saldo restos a pagar processados” e “despesas com investimentos” foram significativos e a relação dos coeficientes (B) dos três foi positiva, indicando que um aumento nesses valores proporciona acréscimo na probabilidade prevista de êxito reeleição ou recondução do partido.

## 5 DISCUSSÃO

De acordo com os estudos de Haan (2013), a ocorrência de um ciclo político-orçamentário é mais provável e pode ocorrer de forma intensa em democracias jovens, provavelmente devido a inexperiência dos eleitores e, especificamente, pela falta das informações necessárias para identificar e avaliar uma possível interferência política. Provavelmente, essa inexperiência também permeia os municípios Cearenses que compuseram a amostra e foi um fator relevante para observação dos indícios da existência desses ciclos nos Municípios estudados. Para Oliveira e Carvalho (2009), a utilização de técnicas engenhosas de contabilidade por parte dos governos pode obstruir a habilidade do eleitor em avaliar o comportamento dos gestores. É certo que o acesso livre à informação poderia ajudar os eleitores a entender melhor possíveis manobras, mas somente essa modalidade de acesso não é suficiente, pois é preciso conhecimento e tempo para processá-las.

Ao testar o modelo, somente os anos eleitorais e os pós-eleitorais apresentaram relevância, e das variáveis selecionadas, quatro delas apresentaram significância, sendo: uma a 5%, transferências voluntárias dos Estados; três a 10%, aliado do Presidente da República, saldo de restos a pagar não processados e IDEB, nessa ordem.

A variável transferências voluntárias do Estado demonstrou significância a 5% e sinal do coeficiente positivo, indicando que o aumento nesses repasses aumenta a probabilidade de reeleição do Prefeito ou recondução do partido. Ferreira et al. (2019) lembram que nas eleições brasileiras, enquanto os escrutínios para escolha dos governos estaduais e federal ocorrem no mesmo ano, as eleições municipais acontecem após dois anos da realização dessas, sendo que essa característica pode motivar titulares desses governos a utilizar as transferências voluntárias para favorecer prefeitos aliados.

A análise realizada indicou que, mesmo em situações em que os eleitores identificavam a competência do titular do cargo, se esse não demonstrar ser apoiado pelo governador, apoio esse representado principalmente pelas transferências voluntárias, a tendência de o prefeito ser reeleito seria menor. É possível que essa seja também uma realidade no Ceará, dada a precariedade da maioria dos Municípios do Estado, merecendo, pois, estudos mais aprofundados sobre essa hipótese.

A variável saldo de restos a pagar não processados obteve resultado significativo de 10% e coeficiente positivo ( $p$ -valor 0,075), relevando sinais de uma possível influência dela caso fosse aceito  $p$ -valor nesse patamar. Estudos sobre restos a pagar realizados por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) avaliam que considerar ela como influenciadora em processos eleitorais estaria relacionada à assimetria informacional (Bartoluzzio & Anjos, 2020). Quando um governo aumenta a inscrição de restos a pagar não processados pode estar tentando aparentar competência pela divulgação de despesas superavaliadas que podem ser canceladas no exercício posterior, conforme indicado por Silva (2016).

Igualmente válida a observação da significância para a variável IDEB ( $p$ -valor 0,084) caso fosse adotada  $p$ -valor de 10%. Importante destacar que em comparação ao saldo de restos a pagar não processados, essa variável se posicionou posteriormente, indicando uma menor influência dela. Embora a influência da variável não tenha se apresentado de forma conclusiva, autores como Guerra et al. (2018) identificaram interferência do nível educacional nas eleições,

sendo que estes 2 (dois) últimos autores afirmaram que taxas altas de analfabetismo são capazes de elevar as chances de sucesso em reeleições/reconduções. Embora a relação entre menor consciência do eleitor e probabilidade de reeleição ou recondução seja intuitiva, o resultado apresentado demonstra apenas uma tendência em relação aos Municípios cearenses da amostra, a qual poderia ser confirmada caso fosse ampliado o escopo da amostra e incluídas todas as regiões do país.

Dentre as três variáveis com significância de 10%, a representada pelo alinhamento político federal foi a mais próxima do  $p$ -valor de 5% (0,054). Esse resultado vai na direção das conclusões apresentadas Ferreira et al. (2019), que também identificaram que o alinhamento político com o Presidente da República maximiza as chances de reeleição ou recondução. Já no estudo de Sakurai e Menezes-Filho (2008) foi identificado que o alinhamento político com o Presidente diminui as chances de um Prefeito ser reeleito, e no de Queiroz et al. (2019), a variável que indica alinhamento político com o Presidente da República não exerceu influência.

Ao analisar individualmente as variáveis que não obtiveram significância quando da análise estatística (resultado orçamentário, geração/consumo de caixa, transferências voluntárias da união, operações de crédito, despesas com investimentos, IDHM, aliado do Governador, partido de direita, partido de esquerda), foi observada significância para as variáveis saldo de restos a pagar processados, operações de crédito e despesas com investimentos.

O saldo de restos a pagar processados foi significativo a 10% e apresentou coeficiente positivo, indicando que o aumento do valor inscrito nessa variável pode elevar a probabilidade de reeleição ou recondução. Os restos a pagar processados, ao contrário dos não processados, representariam a utilização de instrumentos de política fiscal e não da informação contábil, visto que pode gerar no cidadão-contribuinte a descontinuidade da prestação de serviços e bens, uma vez que estes podem ser interrompidos a depender da quitação das obrigações assumidas.

Esse achado contradiz Vicente e Nascimento (2012) que identificaram que uma elevação em anos eleitorais das despesas totais, devido à inscrição em restos a pagar processados, compromete o limite financeiro do exercício seguinte e reduz a chance de recondução. Tal argumento merece aprofundamento, pois, além de contradizer estudos anteriores, pode estar contrariando o art. 42 da Lei Complementar n. 101 (2000), cujo texto veda ao titular de Poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

A variável operação de crédito também obteve significância de 10% e seu coeficiente também foi positivo, o que corrobora com os achados encontrados por Rodrigues (2015). Todos esses achados identificaram que o aumento do endividamento com operações de crédito eleva o caixa, e a geração de caixa em anos eleitorais eleva a probabilidade de recondução. Uma justificativa para esse comportamento pode ser uma sinalização ao eleitorado de competência pela realização de despesas claramente perceptíveis. Nakaguma e Bender (2010) também identificaram o mesmo comportamento em anos eleitorais, tendo observado a redução das operações de crédito em anos pós-eleitorais. Esses pesquisadores atribuem esse comportamento dos gestores ao respeito à LRF, optando por reduzir significativamente as despesas de custeio e as receitas de capital e elevando a receita corrente e tributária.

Por último, a variável despesas com investimento obtiveram significância de 5% e a relação do coeficiente foi positiva, sendo a variável mais perceptível ao longo dos trabalhos analisados. Várias pesquisas sobre ciclos políticos destacam as despesas com investimentos, o que demonstra a importância dessa variável na caracterização dos ciclos. Rogoff (1990), um dos pioneiros nesses estudos, apontou para uma redução nessas despesas quando verificado o

comportamento oportunista do governante. Já Drazen (2000) verificou que as políticas fiscais oportunistas são caracterizadas pelo aumento das despesas de capital em detrimento das despesas correntes. Os estudos de Dias et al. (2018), Guerra et al. (2018) e Crispim et al. (2021) também indicaram que os eleitores premiam os Prefeitos que promovem incrementos relativos a investimentos públicos no período próximo às eleições. Queiroz e Silva (2011) identificaram, além dessa influência positiva causada pela elevação de gastos com investimentos em anos pré-eleitorais e eleitorais, que esses investimentos geralmente são financiados por transferências de capital da União. O estudo de Guerra et al. (2018) também identificou que os governantes que concorreram a reeleições gastaram mais com despesas de capital e investimentos e menos em educação em anos eleitorais.

Apurou-se também que a variável despesa de capital não demonstrou significância ( $p$ -valor 0,299), situação que se contrapõe a diversos estudos (Crispim et al., 2021; Guerra et al., 2018; Queiroz e Silva, 2011). O resultado é importante em virtude de que, historicamente, os gestores públicos realizam obras públicas no período que antecede aos pleitos eleitorais para demonstrar eficiência e quando o pleito termina, o ritmo dos investimentos diminui, chegando até a parar por falta de recursos.

No tocante à escolha das variáveis, foi possível identificar limitações da pesquisa, eis que das 16 (dezesesseis) variáveis selecionadas, apenas 4 (quatro) evidenciaram resultados com significância estatística, sendo que uma a 5% (transferências voluntárias dos Estados) e três a 10% (aliado do Presidente da República, saldo de restos a pagar não processados e IDEB) e nenhuma delas a 1%. Logo, é possível concluir que o poder explicativo das variáveis selecionadas é reduzido e carece de revisão em estudos futuros, de modo que se revelem novos comportamentos aqui não identificados.

## 6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve por objetivo investigar a utilização da execução orçamentária da despesa pública como instrumento de interferência política no processo eleitoral, de forma a propiciar a reeleição de Prefeitos, ou a condução de outros candidatos à Chefia do Executivo Municipal apoiados pelos primeiros, em Municípios Cearenses. Foram realizados exames econométricos, utilizando análise logística em dados coletados em 12 Municípios cearenses que congregavam a maioria da população do Estado (Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Crato, Itapipoca, Maranguape, Iguatu, Quixadá, Canindé, Aquiraz), no período compreendido de quatro ciclos orçamentários (2000 e 2016). Todos os dados coletados para a pesquisa passaram por tratamento estatístico utilizando o *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*.

A variável dependente escolhida para compor o modelo logístico definido foi a reeleição ou recondução do prefeito ou partido. Quanto às variáveis independentes, foram utilizadas onze de origem fiscais/orçamentária (saldo de restos a pagar não processados, saldo de restos a pagar processados, resultado orçamentário, geração/consumo de caixa no exercício, resultado orçamentário corrente, transferências voluntárias recebidas da União, transferências voluntárias recebidas dos Estados, receitas tributárias, operações de crédito, despesas de pessoal e encargos, despesas com investimentos); duas *dummies* (alinhamento político estadual, alinhamento político federal), além de dados referentes ao PIB, IDEB, IDHM.

O exame dos dados coletados com base na estatística descritiva indicou que do total dos 60 prefeitos eleitos nas cinco eleições municipais que aconteceram entre 2000 e 2016, 16 foram reeleitos (26,67%) e 15 reconduzidos (25% dos prefeitos eleitos eram filiados ao mesmo partido do seu antecessor). Analisando as variáveis fiscais orçamentárias foram observadas dispersões significativas. As variáveis referentes às receitas apontam para a dependência dos Municípios



aos repasses da União e Estados, sejam eles obrigatórios ou não. As transferências voluntárias da União e as dos Estados, apesar de percentualmente pequenas (0,34% e 0,1% da receita corrente líquida respectivamente), ocorreram de forma mais volumosa em épocas bem específicas: nos anos eleitorais e nos anos imediatamente posteriores às eleições. As operações de crédito também se acentuaram em períodos bem específicos: nos anos pré-eleitorais e eleitorais. Já as variáveis saldo de restos a pagar processados e saldo de restos a pagar não processados apresentaram, ambas, picos nos anos eleitorais sofrendo retração considerável no ano seguinte à eleição. A despesa de pessoal e encargos é a mais significativa em todos os orçamentos analisados, mas nenhum dos Municípios da amostra extrapolou o limite de gastos estabelecido pela LRF. A variável despesas com investimentos correspondeu a 8,97% do total da receita líquida no período, um percentual baixo e que vem experimentando sucessivas retrações nos últimos oito anos. As contas de resultado orçamentário e resultado corrente representaram 4,63% e 11,89% da receita corrente líquida, e foi possível observar que as duas se mantiveram em patamares elevados no ano eleitoral com tendência a queda significativa no ano seguinte, muitas vezes apresentando déficit. Quanto à geração/consumo de caixa, foi observado geração de caixa nos dois anos posteriores às eleições, caindo cerca de 60% em anos pré-eleitorais, e apresentando forte consumo de caixa nos anos eleitorais. A média do IDHM foi de 0,53728, considerada baixa. O PIB dos Municípios da amostra apontou uma discrepância muito grande. Fortaleza responde por 67,78% do total, sendo que o segundo Município com maior PIB foi Maracanaú, com 8,40%. O com menor PIB foi Canindé, com 0,7%. O IDEB se mostrou bastante uniforme durante o período analisado, com desempenho insatisfatório na grande maioria dos Municípios da amostra.

Nos testes estatísticos para identificar condições de multicolinearidade entre as variáveis, verificou-se que os dados de Fortaleza não permitiam comparação devido a discrepância em relação aos demais. Ao se excluir o Município de Fortaleza e considerar somente os dados dos anos eleitorais e dos anos imediatamente posteriores às eleições, os resultados foram satisfatórios para a maioria das variáveis (saldo de restos a pagar processados, saldo de restos a pagar não processados, resultado orçamentário, geração/consumo de caixa, transferências voluntárias da União, transferências voluntárias dos Estados, operações de crédito, despesas com investimentos, IDHM, IDEB, aliado do Governador, aliado do Presidente). Contudo, considerando  $p$ -valor de 5%, somente se mostrou significativa a variável transferências voluntárias da União e a 10%, o alinhamento político federal, saldo restos a pagar não processados e IDEB.

O modelo estatístico foi aplicado em cada uma das variáveis que não obtiveram significância na análise conjunta (saldo de restos a pagar processados, resultado orçamentário, geração/consumo de caixa, transferências voluntárias da União, operações de crédito, despesas com investimento, IDHM, aliado do Governador). Cada uma delas foi confrontada, uma a uma, à variável dependente reeleição ou recondução do partido. Nesse exercício retornaram significantes as variáveis: saldo de restos a pagar processados, operações de crédito e despesas com investimentos.

Como principais limitações, observou-se que o estudo não relevou dentre as variáveis selecionadas nenhuma que mostrasse nível de significância de 1%. Foi identificada uma a 5% (transferências voluntárias dos Estados) e três a 10% (aliado do Presidente da República, saldo de restos a pagar não processados e IDEB), o que põe em xeque o valor preditivo delas.

Ademais, tendo em vistas as evidências demonstradas, sugere-se para pesquisas futuras uma nova definição de variáveis ainda não testadas, à semelhança de despesa com pessoal, concessão de benefícios de curta duração e gastos com manutenção da máquina administrativa, que pode sinalizar o uso do poder político para fins eleitorais.

## REFERÊNCIAS

- Arvate, P. R., Mendes, M., & Rocha, A. (2010). Are Voters Fiscal Conservatives? Evidence from Brazilian Municipal Elections. *Estudos Econômicos*, 40(1), 67-101. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000100003>
- Bartoluzzio, A. I.S.S., & Anjos, L. C. M. (2020). Ciclos Políticos e Gestão Fiscal nos Municípios Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 167-180. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)
- Couto, L. F., & Cardoso Jr., J. C. (2018). *Governança orçamentária: transformações e lacunas nas práticas de planejamento e orçamento no Brasil*. IPEA.
- Crispim, G., Flach, L., Alberton, L., & Ferreira, C. D. (2021). Ciclo Orçamentário Político: uma análise nos municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(1), 106-123. <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2021140104>
- Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922*. (1922). Organiza o Código de Contabilidade da União.
- Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967*. (1967). Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880-898. <https://doi.org/10.1590/0034-7612172594>
- Drazen, A. (2000). The political business cycle after 25 years, 15, 75-117. <https://doi.org/10.2307/3585387>
- Ferreira, D. C., Meneguim, F. B., & Bugarin, M. S. (2019). Responsabilidade fiscal, a atuação do Poder Judiciário e o comportamento estratégico dos governantes. *Economic Analysis of Law Review*, 9(3), 30-51.
- Fialho, T. M. M. (1999). Ciclos Políticos: uma resenha. *Revista de Economia Política*, 19(2), 381-400. <https://doi.org/10.1590/0101-31571999-1016>
- Gadelha, S. R. (2017). B. *Entendendo o Orçamento Público*. Enap.
- Gray D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real*. 2. ed. Porto Alegre: Penso.
- Guerra, D., Paixão, A. N., & Leite Filho, P. A. M. (2018). Os Ciclos Político-Econômicos e os Gastos dos Estados no Brasil:1995-2013. *Revista de Ciências Sociais*, 61(3). <https://doi.org/10.1590/001152582018171>
- Haan, J. (2013) Democracy, elections, and government budget deficits. *German Economic Review*, 15(1), 131-142. <https://doi.org/10.1111/geer.12022>
- Ho, A.T. (2018). From performance budgeting to performance budget management: Theory and practice. *Public Administration Review*, 78(5), 748-758. <https://doi.org/10.1111/puar.12915>
- Hosmer, D. W., & Lemeshow, S. (2000). *Applied Logistic Regression*. John Wiley & Sons. New York, 2000.
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE. (2019). *Produto Interno Bruto municipal: análise do PIB dos municípios cearenses – 2000 a 2016*. Nº 3. Fortaleza.
- Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000*. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. (1964). Estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal.
- Nakaguma, M. Y., & Bender, S. (2010). Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 64(1), 3-24. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402010000100001>
- Nascimento, L. S. do. (2011). *A Efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: uma abordagem contábil*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.
- Nordhaus, W. D., Alesina, A., & Schultze, C. L. (1989). Alternative approaches to the political business cycle. *Brookings papers on economic activity*, 1989(2), 1-68. <https://doi.org/10.2307/2534461>
- Oliveira, K. V., & Carvalho, F. A. A. (2009). Contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período de 1998 a 2006. *RCO - Revista Contabilidade e Organizações*, 3(5), 121-141. <https://doi.org/10.11606/rco.v3i5.34735>
- Oliveira, K.V. (2008). *Os ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil para os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998/2006*, 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. (2019). *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil - Radar IDHM 2016*. <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/>.
- Queiroz, D. B., Morais, L. M. F. de., Souza, A. G. S. F., & Silva, V. K. R. da. (2019). Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(2). <https://doi.org/10.21118/apgs.v11i2.5492>
- Queiroz, M. C. L., & Silva, A. B. (2011). Ciclos políticos orçamentários no estado do Ceará (1986-2006). *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 2, n. 35. <https://doi.org/10.38116/ppp35>
- Rodrigues, C. A. (2015). *Impacto dos ciclos políticos nas despesas públicas nos estados brasileiros*. Universidade de Brasília – UnB Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE. Programa de Pós-Graduação em Economia. Mestrado Profissional em Gestão Econômica de Finanças Públicas. Dissertação de Mestrado, Brasília.
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *American Economic Review*, 80(1), 21-36. <https://doi.org/10.3386/w2428>
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *Review of Economic Studies*, 55(1), 1-16. <https://doi.org/10.2307/2297526>
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 39(1), 39-58. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000100002>
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. A. (2008). Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*. 137, 301-314. <https://doi.org/10.1007/s11127-008-9329-3>
- Secretaria do Tesouro Nacional-STN. (2019). Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI FINBRA. [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf).

- Silva, M. C. (2016). *Avaliação de desempenho de governos municipais brasileiros na execução orçamentária da despesa por funções de governo*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.
- Smith, K. B., & Larimer, C. W. (2009). *The Public Policy Theory Primer*. Boulder-CO.
- Tribunal Superior Eleitoral. (2019). *Estatísticas*. <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>.
- Vicente, E. F. R., & Nascimento. L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 106-126. <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45402>.



## Electoral Process in Ceará Municipalities and Occurrence of Political Budget Cycles

### ABSTRACT

**Objective:** this article aims to evaluate whether the electoral process in municipalities of Ceará can exert influence on the budget execution of public expenditure.

**Method:** use of linear regression with the use of several variables (dependent variable - re-election; independent variables - investment expenditure, credit operations, remains payable, voluntary transfers, budget result, cash generation. IDEB, IDHM and federal political alignment) to assess the existence of political-budgetary cycles.

**Originality/Relevance:** tests other variables that may be associated with the Theory of Political Budget Cycles.

**Results:** independent variables (investment expense, credit operations, remains payable, voluntary transfers, budget result, cash generation. IDEB, IDHM and federal political alignment) were individually confronted with the dependent variable re-election, and only the variables balance of remains to pay processed, credit operations and investment expenses were considered significant.


**Theoretical/Methodological contributions:** the study tests the theory based on other socioeconomic variables not yet explored in previous studies, which contributes to new strands of research by researchers.

**Social/Management contributions:** It highlights that any variable of the socioeconomic type can assist in the permanence of politicians in power, in view of their manipulation. In practice, it points out that certain variables are more susceptible than others.

**Keywords:** Expenditure. Budget cycle. Election. Ceará.

Cláudia Valani Barcellos 

Prefeitura Municipal de Fortaleza, Ceará,  
Brazil  
cvalani@gmail.com

Roberto Sérgio do Nascimento 

Universidade Federal do Ceará (UFC), Tribunal  
de Contas da União (TCU), Ceará, Brazil  
robertosdn75@gmail.com

Ricardo Viotto 

Universidade Federal do Ceará (UFC), Ceará,  
Brazil  
ricardoviotto@yahoo.com

Received: June 14, 2022  
Revised: January 11, 2023  
Accepted: January 18, 2023  
Published: March 31, 2023

